

# O grande acerto e os erros de FHC

Já comentamos aqui os dados da Pesquisa de Condições de Vida na Região Metropolitana da Grande São Paulo, feita pela Fundação Seade e abrangendo o período de 1994-1998. Mostrávamos que, apesar do noticiário da imprensa ter destacado, na pesquisa, o aumento da diferença de rendimentos entre ricos e pobres, estes também melhoraram de situação, pois contavam, no final do período, com renda familiar 24% maior do que no início.

Não há nenhuma surpresa nisso, uma vez que o período da pesquisa coincide exatamente com o de maior sucesso do Plano Real e já era sabido que este tivera efeito positivo na vida das camadas mais carentes da população, não só em São Paulo, mas em todo o Brasil.

Precisamos, no entanto, acrescentar algumas outras observações àquele comentário inicial. Em primeiro lugar, o fato da ação do governo, entre 1994 e 1998, ao contrário do que diziam seus críticos, particularmente os da oposição mais radical, ter sido altamente benéfica para o País tanto nos aspectos econômico-financeiros, quanto nos aspectos sociais e até mesmo culturais. Além da vitória espetacular sobre uma inflação galopante que nos assolou por anos a fio, promoveu ra-

zoável crescimento da economia, cujos efeitos no padrão de vida do brasileiro são aqueles registrados pela pesquisa da Seade. Mais importante talvez, eliminou da cabeça dos brasileiros e da gestão empresarial a síndrome da indexação automática – que nos levava a uma postura de leniência com a inflação, esta, sim, extremamente danosa para os mais pobres e causa principal da escandalosa diferença de renda que ainda se constata entre estes e as classes mais ricas.

Acrescente-se o saudável efeito que a queda da inflação teve ao evidenciar a fragilidade das finanças públicas e ao eliminar a facilidade com que governantes de todos os níveis entregavam-se a desperdícios, contando sempre com o ilusório “imposto” que a inflação arrecadava para os seus cofres e que acobertava todas as suas demagogias e demasias. Expediente que deixou saudades entre muitos políticos e cujo resultado o País ainda luta por corrigir.

A prova de que o povo aprovava a ação do governo foi que a popularidade do presidente aumentou a ponto dele ter sido reeleito. Mas a fase de bonança altamente promissora encerrou-se praticamente a partir da eclosão da crise financeira na

Ásia e que chegou a nós via Rússia quase no mesmo momento em que Fernando Henrique estava sendo reeleito. FHC pode ter a consciência tranqüila por ter implementado no País uma política econômica racional e socialmente justa, e, certamente, não pode ser responsabilizado pela crise que nos atingiu a partir de setembro do ano passado, após a moratória da Rússia.

Dois erros, no entanto, podem e devem ser imputados ao presidente. O primeiro, o de não ter avançado com decisão e firmeza, em tempo hábil, na implementação do corolário que sua bem-sucedida política de estabilização econômica exigia, ou seja, no combate aos déficits públicos e no esforço para obtenção das reformas do Estado.

A culpa por esse erro ele divide com o Congresso. Tivéssemos avançado mais na reforma das estruturas que geram o déficit público, não apenas os efeitos da crise que veio de fora seriam bem mais administráveis, como também poderia ser muito mais rápida e vigorosa a retomada da atividade econômica, como está acontecendo na Coreia, pela simples razão

de que sua crise, mais violenta no início do que a brasileira, não teve como causa o desequilíbrio fiscal. Os juros lá são civilizados e os investimentos públicos ponderáveis.

O outro erro de Fernando Henrique, e este ele cometeu solitariamente, foi o da mudança da política cambial, iniciada com a substituição de Gustavo Franco por Francisco Lopes no Banco Central, de forma inexplicavelmente desastrada. Mas mesmo os efeitos da desvalori-

zação foram bem menos graves do que se previra, em termos de inflação e de queda da atividade econômica. Até julho, os resultados da economia foram me-

nos ruins do que os previstos. Outro erro, do governo, no entanto, está frustrando agora as expectativas otimistas para o segundo semestre: o aumento mal calculado dos preços e tarifas do governo reduziu sensivelmente o poder de consumo dos assalariados e acrescentou muitos pontos nos índices de impopularidade do presidente, que vinham crescendo desde que o processo retratado pela pesquisa da Seade se deteve.

Mas este é assunto para um terceiro editorial.

**O aumento  
dos preços do  
governo  
frustra  
expectativas  
otimistas**